

Artigo de Pesquisa**TERRA SANGRADA: MASSACRES DOS POVOS DO CAMPO,
DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS NA PAN-AMAZÔNIA****Blooded land: massacres of the people of the field, water and forests in the
Pan-Amazon**

Alyson Fernando Alves Ribeiro¹,

¹ Estudante de Pós-doutorado, Departamento de Geografia Universidade de São Paulo-SP (USP), Brasil. Alyson_pop17@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-8495-9232>

Recebido em (06/10/2023) e aceito em (27/11/2023).

RESUMO: A barbárie como manifestação da violência aparece como estrutura sistêmica do capitalismo e é um presente vivo, enganando-se quem acredita que é passado. Este texto faz uma reflexão sobre a violência no seio da reprodução do capital, tendo como base o Relatório de Assassinatos na Pan-Amazônia, publicado pela Comissão da Pastoral da Terra (CPT). As terras dos povos do campo, das águas e das florestas vivenciam invasões, cuja resistência é repelida brutalmente sob a forma de assassinatos na Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador e Peru, praticados pelos grileiros, fazendeiros, garimpeiros, militares, narcotraficantes e pela força policial (braço armado do Estado). Esse cenário é representativo da acumulação primitiva em curso na Pan-Amazônia, que busca a transformação de tudo em mercadoria através da capacidade produtiva do capital e sua dinâmica do mais-valor. Na Amazônia brasileira, o campesinato encontra seu extremo: o latifúndio grilado e improdutivo que, pelo arripio da violência armada, disputa a(s) riqueza(s) diversa(s) e adversa(s) da (na) terra.

Palavras-chave: Acumulação Primitiva; Barbárie; Conflitos agrários; Assassinatos na Pan-Amazônia.

ABSTRACT: Barbarism as a manifestation of violence appears as a systemic structure of capitalism, is a living present, deceives those who believe it is past. This text reflects on the violence in the reproduction of the capital, based on the Report of Murders in the Pan-Amazon, published by the Commission for the Pastoral of the Land (CPT). The lands of the peoples of the countryside, waters and forests experience invasions, whose resistance is brutally repelled in the form of murders in Bolivia, Brazil, Colombia, Ecuador and Peru, practiced by land-grabbers, farmers, miners, military, drug traffickers and the police force: armed arm of the State. This scenario is representative of the primitive accumulation in progress in the Pan-Amazonian that seeks the transformation of everything into merchandise, through the productive capacity of capital and its dynamics of more value. In the Brazilian Amazon the peasantry finds its extreme, landlocked and unproductive that by the cold of armed violence, dispute the (s) wealth (s) diverse (s) and adverse (s) lands (s).

Keywords: Primitive Accumulation; Barbarism; Agrarian conflicts; Murders in Pan-Amazon.

Resumen: La barbarie como manifestación de la violencia aparece como estructura sistémica del capitalismo, es un presente vivo, engaña a quien cree que es pasado. Este texto reflexiona sobre la violencia en la reproducción del capital, con base en el Informe de Asesinatos en el Pan-Amazônia, publicado por la Comisión para la Pastoral de la Tierra (CPT). Las tierras de los pueblos del campo, de

las aguas y de los bosques experimentan invasiones, cuya resistencia es brutalmente repelida en forma de asesinatos en Bolivia, Brasil, Colombia, Ecuador y Perú, practicados por grileros, hacendados, mineros, militares, narcotraficantes y la policía: brazo armado del Estado. Ese escenario es representativo de la acumulación primitiva en curso en el Pan-Amazónico que busca la transformación de todo en mercancía, a través de la capacidad productiva del capital y de su dinámica de más valor. En la Amazonia brasileña el campesinado encuentra su extremo, el latifundio enclavado e improductivo que por el frío de la violencia armada, disputa la (s) riqueza(s) diversa(s) y adversa(s) de (s) tierras.

Palabras clave: Acumulación Primitiva; Barbarie; Conflictos agrários; Asesinatos en el Pan-Amazônia

INTRODUÇÃO

A Pan-Amazônia tem sido (en)cantada e mitificada há anos nos discursos ideológicos. Deslumbram-se, neste sentido, com a visão sobre a região pautada no contexto que envolve todos os países da América do Sul que têm a floresta Amazônica em seu território, sendo sinônimo de natureza, floresta, exuberância e reserva de recursos.

Este conceito alegórico da Pan-Amazônia confronta-se com a visão agrária da região, desnudada em um presente espacial vivo, fruto da relação dialética homem-natureza, uma (re)produção social histórica materializada em espaço(s) e território(s) de expansão das relações capitalistas de produção e luta de classes.

Ao descortinar esse conceito e utilizá-lo por via da questão agrária, os movimentos socioterritoriais e dos povos amazonidas buscam o entendimento de que enfrentam os mesmos problemas de sobrevivência na luta contra a expropriação. Isso porque, a apropriação privada da terra no território da Pan-Amazônia se realiza em escalas e ritmos crescentes, tendo como principais representantes desse processo o capital energético e mineral, bem como o agrohidronegócio latifundiário.

Nesse sentido, os povos se apropriaram desse conceito para simbolizar sua bandeira de luta pela terra do '*bien viver*'. Assim, a Pan-Amazônia, ao mesmo passo que materializa a fronteira de avanço do capital, de forma contraditória e combinada assume o significado de luta, cujo sentido é a negação da mercantilização e da destruição da natureza na construção coletiva de uma identidade de luta pelo direito à terra.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente artigo, à luz do arcabouço filosófico e método científico do materialismo histórico dialético, busca analisar a violência sistêmica contra os povos do campo, das águas e das florestas na luta pela terra, inserida no movimento de (re)produção do espaço agrário da Pan-Amazônia, sendo que essa atuação violenta é praticada por grileiros, fazendeiros, garimpeiros, militares e narcotraficantes.

Essa forma de ler e explicar o mundo, tem com referência a categoria da totalidade: ideia de movimento, processo e síntese, elementos *sine qua non* para questionar e descortinar a realidade.

Para concretizar este intento, o texto é dividido em duas partes. Na primeira parte, buscaremos refletir sobre a violência sistêmica inerente à lógica de produção capitalista tendo como referência a metafísica marxiana, na qual a transformação da terra em propriedade privada é realizada mediante a violência como resposta infame à resistência em permanecer na terra por parte daqueles que se colocam como entraves para a acumulação. Na segunda parte do texto, apresentaremos um panorama (período 2020-2022) da barbárie sob a forma de assassinatos de camponeses na Pan-Amazônia (Bolívia, Brasil, Equador, Colômbia e Peru), em três eixos: assassinatos em conflitos socioterritoriais; sujeitos sociais assassinados em conflitos; e, causas de conflitos socioterritoriais.

O presente artigo foi desenvolvido por intermédio das seguintes ferramentas de investigação: levantamentos bibliográficos e coletas de dados. Com o propósito de investigar o temário deste estudo, foram realizadas leituras bibliográficas referentes às bases epistemológicas do conhecimento e às principais abordagens conceituais e categorias que auxiliaram na formulação teórico-metodológica. Para descortinar a violência contra os povos amazônidas, foram utilizados os dados do Relatório de Assassinatos na Pan-Amazônia, que reúne informações da Comissão Pastoral da Terra, Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Terra e Território na Amazônia (Gruter), da Universidade Federal do Amapá e do Observatório da Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Barbárie da/na Sociedade do Capital

A violência, do ponto de vista teórico marxiano e hegeliano, é resultado do processo de decurso da civilização do capital. Segundo Marx (1975), a violência é uma produção social, uma prática maléfica e destruidora, inseparável das necessidades de acumulação. Ainda, desde o advento do capitalismo como modo de produção, a violência se manifestou em toda sua terrível potência pela infâmia da barbárie (MARX, 1975).

De acordo com Michael Löwy (2000), em seu ensaio sobre “Barbárie e Modernidade no Século 20”, a condição inerente e contraditória da violência manifestada na barbárie, no seio do modo capitalista de produção, pode ser resgatada em vários momentos da obra marxiana:

Marx escreveu em 1847 esta passagem surpreendente e profética, que parece anunciar a Escola de Frankfurt: “A barbárie reapareceu, mas desta vez ela é engendrada no próprio seio da civilização e é parte integrante dela. É a barbárie leprosa, a barbárie como lepra da civilização” (LÖWY, 2000, p. 6).

Karl Marx, em sua leitura da sociedade capitalista, principalmente na reflexão sobre a gênese do capitalismo, argumenta que a acumulação primitiva abriu as portas para a expansão do processo reprodutivo do capital, no qual a escravização dos negros, o extermínio de indígenas e as guerras de conquistas coloniais constituem-se “barbáries e atrocidades execráveis”, sem “paralelo em qualquer outra era da história universal, em nenhuma raça por mais selvagem, grosseira, impiedosa e sem pudor que ela tenha sido” (MARX, 1975, p. 556).

Neste horizonte, a diferença entre a barbárie na civilização grega e na civilização moderna do capital é qualitativa do ponto de vista de seus atos, de sua ideologia, de seus meios e de sua estrutura, representando um salto na oposição entre barbárie e civilização para a relação dialética (contraditória e combinada) da barbárie da civilização. Para tanto, busca demonstrar a barbárie em sua face “moderna”, isto é, o elo contraditório e combinado do metabolismo social violento das condições da expansão e reprodução do capitalismo.

A história moderna, depois da conquista das Américas, parece uma sucessão de atos desse gênero: o massacre de indígenas das Américas, o tráfico negreiro, as guerras coloniais. Trata-se de uma barbárie “civilizada”, isto é, conduzida pelos impérios coloniais economicamente mais avançados. A barbárie moderna do século XX é uma manifestação possível da civilização industrial\capitalista. Não se trata também de reduzir a história do século XX a seus momentos bárbaros: essa história conheceu também a esperança, as sublevações dos oprimidos, as solidariedades internacionais, os combatentes revolucionários: México, 1914; Petrogrado, 1917; Budapeste, 1919; Barcelona, 1936; Paris, 1944; Havana, 1961; Lisboa, 1974; Manágua, 1979; Chiapas, 1994; foram momentos fortes – mesmo que efêmeros – dessa dimensão emancipatória do século XX (LÖWY, 2000, p. 5).

A essência do tempo-espaço da civilização do capital é a barbárie em sua face moderna dentro da velha lógica da acumulação primitiva. As explorações pelo capitalismo ocorreram, frequentemente, sob condições que eram bárbaras, ou que refletiam a natureza bárbara como traço histórico compositivo da civilização do capital. Desta maneira, ao invés de ser um contraponto ao moderno, para Marx, a barbárie é determinação reflexiva da forma histórica de civilização do capital.

Essa natureza contraditória do “progresso” capitalista, que deveria banir a “barbárie”, mas que, de forma contrária, a reproduz como condição inerente a sua lógica perversa e irracional, encontra-se nas entranhas das reflexões da Escola de Frankfurt. Entre os membros dessa escola de teoria social e filosófica, Theodor W. Adorno e Max Horkheimer (a exemplo de Benjamin) consideram a civilização e a barbárie como faces do mesmo rosto civilizatório, paradoxais e conexas de uma mesma humanidade. Em “Dialética do Esclarecimento”, Adorno e Horkheimer (1985), pelo conceito de “progresso regressivo”, tentam dar conta da natureza paradoxal da civilização moderna e, então, criticam a fetichização empregada ao progresso como referência crítica à sociedade que o utiliza para justificar as ideologias de dominação e de exploração contidas na barbárie.

A crítica à história associada ao processo ontológico linear positivo, mediante uma escala evolutiva de humanidade, é frontalmente negada pela persistência e recriação da barbárie no seio das relações de produção capitalista. Ou seja, a barbárie é produto do avanço da modernidade e da modernização no interior do capitalismo como modo de produção.

Assim, há uma crítica profunda dirigida ao estado de coisas do capitalismo avançado, sendo uma delas a barbárie em sua fase moderna, mesmo diante de tamanho grau de progresso técnico proporcionado pela tecnologia e pela razão esclarecedora. Neste sentido, o progresso da civilização burguesa do capital perpetua, no presente, a barbárie pela concentração dos meios de produção e pela exploração social que “ameaça a cada passo transformar o progresso em seu oposto, o barbarismo completo” (HORKHEIMER, 2000, p. 136).

Portanto, a extensão da barbárie do pelo capital deve ser entendida como regressão do ser social no plano da humanidade para o qual deveria ter sido conduzido o processo civilizatório:

esse é o lema predominante no capitalismo contemporâneo. Universalizado a partir da Europa ocidental, o capitalismo desqualificou a todas outras civilizações como “bárbaras”. Desde as suas origens como modo de produção social, a barbárie histórica tem caracterizado o capitalismo. Massacres, genocídios e múltiplas formas de degradação humana caracterizam a civilização do capital em seu desenvolvimento histórico como traço indelével da história das sociedades de classes, caracterizada pela divisão entre explorados e exploradores, oprimidos e opressores. A barbárie histórica dentro da civilização do capital é um traço ineliminável do desenvolvimento contraditório do capitalismo histórico (SADER, 2000, p. 79).

A barbárie presente na modernidade exige o abandono da ideologia do progresso linear, configurando-se a nova dimensão da barbárie histórica dentro do capitalismo. Tudo isso nos leva ao seguinte ponto: a barbárie deve ser compreendida, no mundo moderno, como aquilo que está nas entranhas da acumulação primitiva do capital – a produção de valor pela subjugação de tudo o que é equivalente à mercadoria, principalmente a terra.

Na leitura de Rosa Luxemburgo (1988), *A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*, é imprescindível a análise da barbárie como condição-produto desta acumulação original, cujo movimento do capital, via imperialismo, se estabelece tanto pelo processo de espoliação como de exploração, principalmente pelo controle e pelo domínio de terras de sociedades não capitalistas.

É uma ilusão esperar que o capitalismo se conforme com os meios de produção que consiga adquirir por meio do comércio de mercadorias. Já nesse ponto, o capital se depara com dificuldades, pois vastas zonas da superfície da terra já se encontram em posse de organizações sociais que não demonstram qualquer desejo pelo comércio de mercadorias ou não podem – em virtude de toda a estrutura social e das formas de propriedade –

oferecer para a venda as forças produtivas pelas quais o capital se interesse em primeira linha [...]. Daí a necessidade vital do capital em suas relações com países coloniais de apropriar-se dos mais importantes meios de produção. [...]. Violência é a única solução que se apresenta ao capital; a acumulação de capital, vista como processo histórico, emprega a violência como uma arma permanente, não apenas em sua gênese, mas até os dias de hoje (LUXEMBURGO, 1988, p. 254).

Ao corroborar com Rosa Luxemburgo (1988), pode-se afirmar que a contínua acumulação primitiva tem suas raízes nas ruínas da barbárie imperialista, na qual o emprego da violência é arma permanente. Desta forma, podemos arrematar a concepção de que a acumulação primitiva (e sua face predatória e fraudulenta) ocorre pela generalização da violência no desenvolvimento das relações capitalistas de produção, na realização da produção do valor através da concentração dos meios de produção e do roubo da força de trabalho.

Como veremos, a barbárie da Pan-Amazônia é a materialidade dolorosa e silenciada da acumulação primitiva ao longo da sua transformação em mercadoria pela liquidação do campesinato, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais mediante o saque de suas terras. Essa conversão violenta envolve, portanto, a criação de uma “história universal” e particular da produção do espaço através da metanarrativa marxiana da luta de classes travada pelas condições de vida e de luta social no campo recriadas a partir dos processos concomitantes de mercantilização da terra.

Espoliação e Massacres contra os Povos do Campo, das Águas e das Florestas

A incorporação na esteira da acumulação do capital monopolista mundializado, sob o nome de “desenvolvimento”, logo transformou a Pan-Amazônia em um cenário de enormes tensões e conflitos, tendo na apropriação e na exploração da terra, da floresta e dos minérios seu estopim. Esse contexto reflete a violência que atinge, historicamente, populações originárias e do campo: reflexo do processo de colonização de terras e, atualmente, da concentração na América Latina.

Neste sentido, o espaço geográfico da Pan-Amazônia materializa a síntese (terra, subsolo, ar, água e fronteira) para o desenvolvimento e para a expansão do agrohidronegócio via o processo de espoliação. Ou seja, a reprodução do capital em seu sentido violento, através da persistência das práticas predatórias de acumulação “original”, no qual o modo\ sistema capitalista incorpore ativos “fora de si mesmo”, fundos para contornar suas crises crônicas de sobreacumulação.

Desta maneira, a constituição do capitalismo como sistema de produção dominante, no emergir da Modernidade, exigiu um processo histórico que, de forma abrupta e violenta, expropriou o campesinato e os povos originários dos meios de produção, principalmente em relação a terra, sua condição ontológica de existência, e os lançou,

com a legitimidade do aparato jurídico, no mercado, mediante o processo de valorização capitalista da terra, em um permanente processo de criação de valores.

Marx (1975) argumenta que a terra, transacionada em propriedade privada, estabeleceu uma redefinição jurídica da estrutura fundiária mediante uma “nova” relação social com a terra – esse aparato legal passa a redefinir o arranjo jurídico da estrutura fundiária regulado pelo Estado. Essa transformação fundamental, descrita por Marx nos capítulos 24 e 25 de “O Capital”, como acumulação primitiva original do capitalismo, é o ponto de partida, a gênese do desenvolvimento que estrutura a base do modo de produção capitalista: esse processo tirou do trabalhador a terra, os instrumentos de trabalho e suas condições de prover seus meios de subsistência. Essa nova relação social, então, significou nada mais, nada menos, do que a constituição da propriedade privada assentada em um processo violento de expropriação.

David Harvey (2009), no livro “Novo Imperialismo”, ao atualizar esta teoria ao momento contemporâneo de (re)produção do capital, denominou-a de “acumulação por espoliação”. Assim, longe de ser um regresso ao passado, a acumulação primitiva está presente ao longo de toda a história do rastro socioespacial da pilhagem os recursos naturais do mundo subdesenvolvido.

Ao atualizar a teoria de acumulação primitiva pelo conceito de acumulação por espoliação, argumenta que esta lógica é a condição para a expansão contínua do capital como mecanismo, por exemplo, de absorção do capital para enfrentar as crises cíclicas do capital de sobreacumulação.

Sobre este termo teórico, que busca superar o obstáculo das palavras “primitiva” e “original” na compreensão do transcurso da história do capital, Lencioni (2012, p. 7) argumenta que não há nada de novo, residindo, em sua essência, a própria lógica da acumulação primitiva do capital:

na acumulação por espoliação, nos termos de Harvey, não é primitiva ou originária porque não se refere ao momento da gênese do capitalismo, mas diz respeito à história do desenvolvimento capitalista como um todo. Mas convenhamos, em ambos, os casos, ou seja, tanto na acumulação primitiva (originária), própria da pré-história do capitalismo, ou na acumulação por espoliação, o que de fato há é acumulação primitiva entendida como um processo que se funda na espoliação e na produção de um capital novo que não parte de um capital já construído.

Sendo assim, o termo teórico “acumulação por espoliação” não substitui o termo “acumulação primitiva”, muito menos se configura como sinônimo. Toda vez que for elucidado, busca ressaltar a essência brutal da acumulação primitiva que se funda na expropriação, no roubo, na fraude, na barbárie, sendo mais regras do que exceções, não só no passado, mas no presente movimento de reprodução do capital.

Desta forma, esse arranque para a consolidação do modo capitalista de produção na América Latina e, principalmente, na Pan-Amazônia, como um sistema global, é

fundado na transformação da terra (condição da existência humana) em propriedade privada (condição de existência do capital, essencial a qualquer mercantilização).

Segundo Bórquez e Quintana (19), na América Latina, esse contexto estabelece uma relação historicamente definida, em que o capital e sua “fome” por recursos naturais e terras impõem ao “novo mundo”, e à conquista e garantia de direitos pelos povos originários, um processo no qual os meios de produção se separaram do produtor através do movimento da sujeição do trabalho ao capital, bem como da expropriação generalizada pela subjugação da terra em propriedade privada. Esse movimento tem por característica intrínseca a violência, cujo objetivo é impedir o acesso à terra e punir os que se colocam como entraves para o lastro da acumulação do capital.

A reprodução ampliada do capital exige a aceleração da espoliação na periferia do sistema, o que inclui a vastidão territorial da Pan-Amazônia sob o mito trágico de “terras disponíveis”. Esse espaço mitificado como fronteira de avanço do capital é estratégico para os interesses econômicos do imperialismo e seu braço armado da privatização. Esse processo se desnuda pelo rapto de matérias-primas, como a terra, a água e a floresta, através do processo de espoliação, isto é, a persistência de práticas predatórias e fraudulentas nas quais o capital se reproduz, em sua essência, pelo domínio de terras de sociedades não capitalistas pela via sanguínea dolorosa do massacre de povos das águas, dos campos e das florestas.

De acordo com sua metodologia, a CPT reconhece como “massacre” os casos nos quais um número igual ou superior a três pessoas são mortas na mesma data e em uma mesma localidade, portanto, em uma mesma ocorrência de conflitos pela terra.

Pode também haver massacres em diferentes ocorrências, em datas distintas (mas não distantes), desde que referidas a uma única situação de conflito, evidenciando aspectos de inegociabilidade, intolerância continuada e confrontos prolongados, sem perspectiva de resolução por parte do Estado e do judiciário. Tal perspectiva metodológica é adotada, pois tais casos tratam-se de conflitos constantes em uma mesma localidade. Por isso, a metodologia também considera o contexto de ocupação das áreas em conflito, sua constância, e entende as singularidades de cada país e de cada povo atingido (CPT, 2022, p. 7).

Consoante o Relatório de Assassinatos na Pan-Amazônia (*assassinatos em la Pan-Amazonía*), mesmo em plena pandemia, a violência no campo, na Amazônia, durante os anos de 2020, 2021 e 2022, não cessou, sendo registrado um total de 202 assassinatos derivados de conflitos socioterritoriais (CPT, 2022). O relatório destaca, também, que na Pan-Amazônia, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Brasil, juntos, somam mais de 85% dos assassinatos. Dessas mortes, 86 se concentraram no ano de 2020 e 68 pessoas foram assassinadas no campo em 2021, enquanto que os dados parciais de 2022 são de 48 mortes (Quadro 1).

Assassinatos de camponeses/as na Amazônia em 2020, 2021 e 2022	2020	2021	2022	Total
Bolívia	---	---	1	1
Brasil	15	29	18	62
Equador	---	1	---	1
Colômbia	63	32	25	120
Peru	8	6	4	18
Pan-Amazônia				202

Quadro 1 – Números de assassinatos de camponeses em conflitos socioterritoriais em países da Pan-Amazônia, 2020-2022. **Fonte:** CPT (2022, p.3).

No que tange a violência de camponeses por gênero na Pan-Amazônia, os assassinatos de homens apresentaram número superior aos assassinatos de mulheres, sendo que a Colômbia tem os maiores índices em ambos os gêneros, seguida pelo Brasil. Desse total de 202 assassinatos em conflitos socioterritoriais, 19 foram de mulheres.

Assassinatos de camponeses/as na Amazônia em 2020, 2021 e 2022	2020		2021		2022		Total
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	
Camponeses							
Bolívia	---	---	---	---	1	---	
Brasil	14	1	27	2	14	4	
Equador	---	---	1	---	---	---	
Colômbia	57	6	29	3	24	1	
Peru	8	---	5	1	3	1	
Total de Homens	79		62		42		183
Total de Mulheres		7		6		6	19

Quadro 2 – Números de assassinatos de camponeses em conflitos socioterritoriais por gênero em países da Pan-Amazônia, 2020-2022. **Fonte:** CPT (2022, p.3).

De acordo com o relatório da tipologia dos sujeitos assassinados em conflitos socioterritoriais, estão envolvidos indígenas, camponeses, quilombolas e interculturais, (Figura 1).

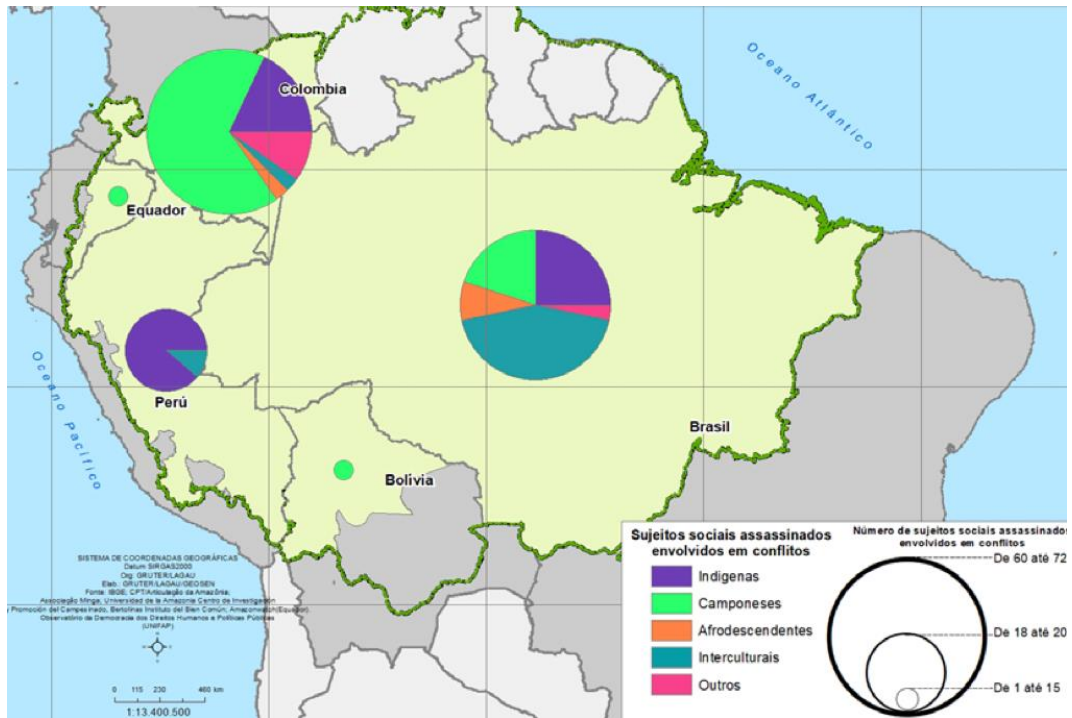


Figura 1 – Sujeitos sociais assassinados em conflitos socioterritoriais na Pan-Amazônia, 2020-2022. **Fonte:** CPT (2022, p.7).

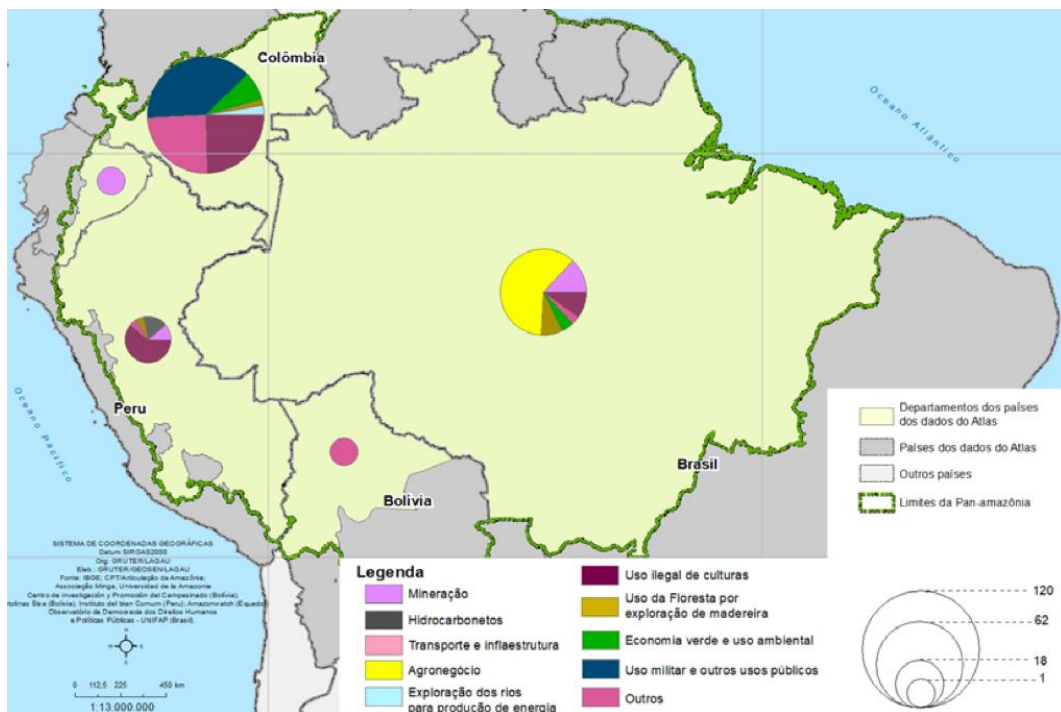


Figura 2 – Causa dos conflitos socioterritoriais na Pan-Amazônia, 2020-2022. **Fonte:** CPT (2022, p.7).

Na Amazônia Boliviana, no que se refere aos sujeitos assassinados em conflitos socioterritoriais, foi registrado um assassinato de camponês entre os anos de 2020 e 2021. O conflito foi deflagrado pela invasão de terras camponesas no município de Ascención de Guarayos, no Departamento de Santa Cruz.

Já a Amazônia Colombiana foi o grande expoente em índices de assassinatos, com um total de 120; porém, os conflitos apresentaram uma redução significativa de 63 mortes, em 2020, para 25, em 2022. No que se refere à tipologia dos sujeitos assassinados em conflitos socioterritoriais, tem-se um leque de sujeitos (FIGURA 2), sendo a maior porcentagem de camponeses e indígenas; esses conflitos são derivados dos ataques de acordos de paz na Colômbia, uma vez que dez mulheres líderes comunitárias e muitos ex-combatentes, signatários dos acordos e que estavam tentando se reincorporar à vida civil, segundo dados da CPT (2022). Do total de 120 assassinatos, tendo como base os municípios compreendidos como áreas da Amazônia Colombiana, destacam-se: Putumayo (55 mortes), Caquetá (27 mortes), Meta (24 mortes), Guaviare (7 mortes), Nariño (5 mortes), Departamento Amazonas (1 morte) e Vichada (1 morte).

Consoante o relatório (CPT, 2022), o Equador registrou o assassinato de uma liderança dos povos das águas no dia 16 de março de 2021: Andrés Durazno foi brutalmente assassinado. Durazno liderava uma associação de comunidades do Departamento de Azuay, as quais resistem aos desastres ambientais provocados pelo capital energético e mineral.

Destacamos que os 18 assassinatos registrados na Amazônia Peruana eram quase todos de indígenas (Quadro 1 e Figura 1). O relatório refere que há uma forte disputa pela apropriação dos recursos da floresta e sua incorporação à esteira da acumulação primitiva, principalmente em relação a madeira, água e terra. Esses conflitos são atribuídos aos narcotraficantes, havendo também alguns relacionados aos madeireiros e ao garimpo ilegal (CPT, 2022). Do total de 120 assassinatos por conflitos socioambientais, tendo como base os municípios compreendidos como áreas da Amazônia Peruana, tem-se: Huanaco (4 mortes), Junin (3 mortes), Loreto (3 mortes), Uycali (3 mortes), Madre de Dios (2 mortes), Pasco (2 mortes) e Departamento Peruano do Amazonas (1 morte). Desse quantitativo de mortes, quatro delas foram de indígenas Kakataibo, que foram ameaçados como consequência do aumento do narcotráfico em seu território.

A Barbárie contra o Campesinato na Amazônia Legal

Na Amazônia Brasileira, os indígenas, os camponeses e os quilombolas são os principais sujeitos vítimas de assassinatos. O Brasil registrou 62 mortes, o que representa mais de 80% dos registros de assassinatos no campo em todo o país, de 2020 a 2022. Essa barbárie é a materialidade sangrenta da (re)criação dos latifúndios, ocorrendo a concentração de terras devolutas, tribais e apropriadas por grileiros,

madeireiros, fazendeiros e garimpeiros – aqui está o cerne da questão agrária brasileira sob as terras da Amazônia Legal.

De acordo com a CPT (2022), o Estado do Maranhão apresentou o maior número de assassinatos em conflitos socioterritoriais, sendo que, no período de 2020 a 2022, foram quase todas entre indígenas e quilombolas. O relatório destaca, ainda, que: 13 mortes atribuídas à violenta atuação da polícia; quatro mortes no rio Abacaxis, no Estado do Amazonas, em 2020; no ano de 2021, uma morte na lagoa da confusão, em Tocantins; oito mortes pela polícia nos distritos de Nova Mutum e Abunã, em Porto Velho, Rondônia, em 2022.

No quantitativo da Amazônia Legal, tem-se um total de 62 assassinatos em conflitos socioterritoriais: Rondônia (16 mortes), Maranhão (16 mortes), Amazonas (9 mortes), Roraima (7 mortes), Pará (8 mortes), Tocantins (3 mortes), Mato Grosso (2 mortes) e Acre (1 morte). Esses números descortinam a barbárie no seio da acumulação capitalista, cuja essência da espoliação é a eliminação de sujeitos cuja antologia com a terra é antagônica à lógica mercantilista, sendo o leme da acumulação do capital direcionado para o domínio de terras de sociedades não capitalistas. Na Amazônia Brasileira, seu rastro é vívido em terras camponesas.

No ano de 2021, ainda sobre os ditames do Governo Bolsonaro, no Estado de Rondônia, na região de Nova Mutum Paraná, distrito do município de Porto Velho, três posseiros da Liga dos Camponeses Pobres (LCP) foram assassinados nas ocupações Ademar Ferreira e Tiago dos Santos, em um cerco policial. Além dessas três mortes, cinco pessoas ainda estão desaparecidas.

Esse novo capítulo na velha trama de replicação da barbárie, como mecanismo de repressão na luta pelo direito à terra, foi desencadeado pela ação brutal do braço armado do estado de classe, através do Batalhão de Policiamento de Choque – Bpchoque e do Batalhão de Operações Policiais Especiais – Bope (CPT, 2021).

A Polícia Militar de Rondônia afirma que a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) participou da operação, uma vez que 70 homens da tropa estavam na área por conta da “Operação Rondônia”, autorizada pelo Presidente Jair Bolsonaro atendendo a pedidos de ruralistas de Rondônia (ADUFPP, 2021).



Figura 3 – Área do massacre de camponeses na Pan-Amazônia brasileira, Nova Mutum Paraná, distrito do município de Porto Velho, Rondônia, 2021. **Fonte:** Camargos (2021, p.1).

Os assassinatos ocorreram em uma área de intenso conflito agrário: a Fazenda Santa Carmem, um latifúndio ocupado por camponeses posseiros. Segundo a Liga dos Camponeses Pobres (LCP), a área de 50 mil hectares pertence à União e estava improdutiva. Desde o início da ocupação, foram registrados diversos atos de violência e sucessivos cercos policiais nos acampamentos Ademir Ferreira e Tiago dos Santos. As ocupações receberam estas denominações em homenagem aos dois camponeses assassinados, também pela polícia, em julho de 2018, nas mesmas terras.

Os assassinatos dos três posseiros desvelam a face bárbara da expropriação camponesa: filmagens com drones, barracos incendiados, sobrevoos de helicópteros e bombas de efeito moral (CPT, 2021). Faz-se relevante destacar que os camponeses foram assassinados enquanto estavam trabalhando no seu roçado: a fronteira camponesa de luta pela terra que restringe a ocupação *infinitem* dos grandes proprietários de terra.

“Pai e filho foram mortos na roça, enquanto estavam trabalhando”, José Stoco Rodrigues (filho) que, segundo diz, foram mortos no local descrito por um dos sobreviventes, com a mochila e a garrafa de água ao lado da poça de sangue. O barraco que conhecemos exibia paredes de madeira e telhado de palha de babaçu. Não tinha água encanada, nem energia elétrica ou sinal de celular.

Ele e seus companheiros andavam até 15 km por dia carregando nos ombros as mudas de banana que iriam plantar (CAMARGOS, 2021, p. 3).

Os acampamentos Tiago dos Santos e Ademar Ferreira estavam sendo ocupados por camponeses sem-terra desde o início de 2013, na área da fazenda Santa Carmem, cujo o fazendeiro que se diz dono, é suspeito de grilagem. De acordo com os relatos da CPT (2002), as ocupações campesinas coincidem com o fim da construção da Usina Hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira. No entanto, o término das obras deixou milhares de trabalhadores sem emprego e, com a necessidade de garantir as condições materiais de existência, foram impulsionadas as lutas pelo pedaço de chão e pela reforma agrária por via da ocupação de terras.

A expropriação não possui como resultante linear a proletarização do camponês; ela (re)produz uma resistência à permanência na terra por parte dos expropriados que vão abrir roçado em outras áreas, para mais uma tentativa de conquista de acesso à terra. Por isso, na composição do campesinato da Amazônia, há uma expressiva presença do posseiro que se deslocou de outras regiões do Brasil já monopolizadas e/ou territorializadas pelas relações de produção e de forças produtivas capitalistas em busca do acesso à terra (MARTINS, 1995).

Neste sentido, o território da Amazônia, historicamente, tem em seu legado a função de “válvula de escape” para os conflitos e para a expropriação da terra das regiões Nordeste, Sul e Sudeste. Os conflitos socioterritoriais por água, terra e território conferem à ciência da Geografia a dimensão social do conflito, próprio da luta de classes na (re)produção do espaço agrário. Suas espacialidades e territorialidades são, portanto, refrações da materialidade da trajetória de vida e de luta pela terra-trabalho, em oposição à terra de negócio.

Dessa forma podemos verificar que no Brasil de hoje, o próprio capital impôs uma luta pela luta, como luta contra a propriedade capitalista da terra. É a terra de trabalho contra a terra de exploração, contra a terra de negócio. É a luta dos posseiros contra a expropriação da posse que o capital quer transformar em equivalente de capital (OLIVEIRA, 1991, p. 114).

Ainda consoante o Relatório de Assassinatos na Pan-Amazônia (CPT, 2002), a maioria dos assentamentos na Amazônia Brasileira foi conquistada em virtude das ocupações de terras e do domínio político da terra do latifúndio improdutivo e grilado. A terra, para os povos do campo, das águas e das florestas da Pan-Amazônia, não é apenas o préstimo; ela é essencial para sua (re)existência na luta pela vida e pelo trabalho. Desta forma, ao produzir os seus meios de existência, os homens produzem, indiretamente, a sua própria vida material. Portanto, os assassinatos e a violência brutal na Pan-Amazônia subjugam o uso e as necessidades da reprodução do lucro como imposição para a reprodução social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Pan-Amazônia, a luta de classes travada no campo, principalmente por conflitos por/na terra, materializam a barbárie como elemento inerente ao processo violento e desumano da acumulação primitiva do capital. A lógica do “pecado original”, estruturante do movimento do capital, materializa-se sob o campo como um rolo compressor, (re)produzindo conflitos pela terra desnudados em sua face cruel: a violência aos desgarrados da terra – uma situação de barbárie não tão visível como a do estado de guerra ou dos campos de concentração, porém eficiente na propagação do terror.

Esse cenário de barbárie da civilização do capital no espaço agrário da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador e Peru, praticado por grileiros, fazendeiros, garimpeiros, militares e narcotraficantes, emerge do ostracismo graças e pelas mãos da CPT. No entanto, devemos ressaltar que alguns episódios de barbárie na Amazônia Brasileira, que se reescrevem ano após ano, nem chegam ao conhecimento da sociedade, exceto quando acontece uma tragédia de grandes proporções, como as mortes do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Philips na região do Vale do Javari. Daí desprende-se a importância dos relatórios anuais da CPT em denunciar a barbárie, tanto particular como institucional, imposta como necessidade inerente da acumulação primitiva do capital.

A Pan-Amazônia tem uma área estimada em 7,8 milhões de km², das quais o Brasil detém 64%. A barbárie nas terras da Amazônia Legal está em curso, e se reproduz na luta pela terra, pelos estágios violentos ininterruptos de domínio e pelo extermínio daqueles que se colocam como entraves da terra-mercadoria presentes no processo de convívio histórico e social da civilização do capital, o espaço-tempo da barbárie.

Sendo assim, a grilagem, a violência e a barbárie sempre foram, na Pan-Amazônia, processos através dos quais se abrem as portas para transformar tudo em mercadoria. Na Amazônia Legal, esse processo ganha maior amplitude pela “disponibilidade” de terras públicas e/ou devolutas a serem concentradas, mesmo que pela força, para produzir o capital na “periferia” do mundo. Entretanto, e comprovadamente, a Pan-Amazônia, pelo imaginário da “fronteira” pela *via crucis* da acumulação primitiva, não foi feita para os despossuídos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pela concessão de Bolsa de Pós-doutorado na modalidade Júnior (PDJ) e ao Departamento de geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo – USP.

CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR

Concepção: Alysson Fernando Alves Ribeiro. **Metodologia:** Alysson Fernando Alves Ribeiro. **Pesquisa:** Alysson Fernando Alves Ribeiro. **Recursos:** Alysson Fernando Alves Ribeiro. **Preparação de dados:** Alysson Fernando Alves Ribeiro. **Escrita do artigo:** Alysson Fernando Alves Ribeiro. O autor leu e concorda com a versão publicada do manuscrito.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento:** fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ADUFPP. Associação dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP. **Camponeses são assassinados em ação policial em área rural de Rondônia.** Ouro Preto. 2021. Disponível em: <https://www.adufop.org.br/post/camponeses-são-assassinados-em-ação-policial-em-área-rural-de-rondônia>. Acesso em: 12 set. 2023.

BÓRQUEZ, L. C.; QUINTANA, R. D. **Privatização en el mundo rural:** las historias de un desencuentro. México: UAM-X/CSH/Depto. de Producción Económica, 1998.

CAMARGOS, D. Brasil Repórter. **Em novo cerco, polícia mata 3 integrantes da Liga dos Camponeses Pobres em Rondônia.** Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/08/em-novo-cerco-policia-mata-3-integrantes-da-liga-dos-camponeses-pobres-em-rondonia/>. Acesso em: 12 set. 2023.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Três camponeses são mortos em ação policial, em Rondônia.** Brasília. 2021. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2021/08/17/tres-camponeses-sao-mortos-em-acao-policial-em-rondonia/>. Acesso em: 10 set. 2023.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Relatório de assassinatos na Pan-Amazônia.** Brasília: CPT Nacional, 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14273&catid=76&m=0>. Acesso em: 5 set. 2023.

HARVEY, D. **O novo imperialismo.** 3. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão.** São Paulo: Centauro, 2000.

LENCIONI, S. Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea. **Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 14, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.7424>. Acesso em: 20 ago. 2023.

LÖWY, M. **A Barbárie e Modernidade no Século 20**. Publicado no Brasil pelo Jornal em Tempo (emtempo@ax.apc.org) e originalmente em francês na Revista Critique Communiste, n. 157, 2000.

LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel/Civilização Brasileira, 1975.

OLIVEIRA, A. U. A. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

SADER, E. **Contraversões**: civilização ou barbárie na virada do século. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.



Revista Geonorte, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus-Brasil. Obra licenciada sob Creative Commons Atribuição 3.0

